

E também em *Splone*, Sônia, a bela *esplonne* (representada por Gerda Maurus, a atriz de *Frau Im Mond*), passava da esfera de Haghi-o-enunciador à esfera de Trémaine-o-herói (representado por Willy Fritsch, que também é Heliuss em *Frau Im Mond*) através do trem – a máquina *Splone*. Desse modo, o personagem feminino deixava a vertente do terror negativo, vinculada ao olhar da *mise-en-scène* desde o início do filme, para entrar na dimensão do amor, que também pertence à própria imagem (no cinema mudo, o rosto extático de Gerda Maurus, em *close*, de Sônia à Friede, é uma expressão muito forte disso). Neste sentido, *Frau Im Mond* leva tudo para o lado do puro amor. Foguete e câmara se conjugam para, na Lua, conduzir o destino dos heróis, do casal, a um último estado: o estado amoroso, próximo dos estados que o precedem, em particular da hipnose (como sabemos, Freud faz esta associação no famoso capítulo 8 de *Psicologia de Massas e Análise do Eu*). Nesta viagem, neste filme, não há nada comparável ao desejo de domínio desregrado que associa numa mesma imagem – fundada na força (real e virtual) das máquinas – Mabuse e Haghi, o mestre de Metrópolis e Rotwang. Esta força é dividida entre homem e mulher, deslizando de um a outro em cada filme mencionado: Heliuss e Friede permanecem juntos na Lua após a partida forçada do foguete (o final real); ou Heliuss permanece só para esperar a volta de seus amigos (outro final previsto, segundo Lotte Eisner). De qualquer forma, este abandono tem sucesso no amor, assim como o dispositivo-cinema conduz o herói ao apaziguamento (Friede) – estranho estado de graça que poderia explicar o seu nome solar. Heliuss: o noivo da Lua, mais mulher – mulher-cinema – do que nunca. Assim, o estado do cinema, projetado através do espectro de mitologias imemoriais – sua herança – ocorre aqui como o casamento imaginário da Lua com o Sol.

Tradução

ANA LUIZA MARTINS COSTA

O TRABALHO AFETIVO.....

.....MICHAEL HARDT



A OBSERVAÇÃO atenta da produção dos afetos em nosso trabalho e em nossa vida social tem freqüentemente sido útil a projetos anticapitalistas, por exemplo no contexto de discursos sobre o desejo ou sobre o valor de uso. O trabalho afetivo representa, em si e diretamente, a constituição de comunidades e subjetividades coletivas. Portanto, o circuito da produção de afeto e de valor se parece, sob vários aspectos, com um circuito autônomo de constituição de subjetividade, alternativo ao processo de valorização capitalista. Modelos teóricos associando Marx e Freud expressaram o conceito de trabalho afetivo utilizando termos como *produção de desejo*; de modo ainda mais significativo, várias pesquisas feministas analisando as potencialidades existentes no que tem tradicionalmente sido designado como trabalho feminino, abordaram o trabalho afetivo com termos como *trabalho familiar* e *prestação de cuidados*¹. Cada uma dessas análises revela os processos pelos quais nossas práticas de trabalho produzem subjetividades coletivas, produzem sociabilidade e, finalmente, produzem a própria sociedade.

Tais concepções do trabalho afetivo hoje (e este é o aspecto fundamental deste ensaio), deveriam, entretanto, ser situadas no contexto da evolução do papel do trabalho afetivo na economia capitalista. Em outras palavras, embora o trabalho afetivo nunca tenha estado inteiramente fora da produção capitalista, os proces-

¹ N.T. O autor utiliza aqui os termos *kin work* e *caring labor*. *Kin* designa parentes ou familiares; o que está em jogo neste tipo de atividade são os cuidados tradicionais que as mulheres dedicam a pessoas da família (crianças, idosos, enfermos, etc...), no desempenho de um trabalho que, muitas vezes, não é reconhecido como tal.

so de pós-modernização econômica dos últimos vinte e cinco anos não só deram ao trabalho afetivo um papel diretamente produtor de capital, mas também o puseram no topo da hierarquia das formas produtivas. O trabalho afetivo é uma dos aspectos do que chamarei de “trabalho imaterial”, que assumiu uma posição preponderante na economia capitalista global em relação a outras formas de trabalho.

Dizer que o capital incorporou e valorizou o trabalho afetivo e que o trabalho afetivo é uma das mais importantes formas de produção de valor do ponto de vista do capital não significa que, assim contaminado, ele não possa mais ser útil a projetos anticapitalistas. Pelo contrário, considerando o papel do trabalho afetivo como um dos elos mais fortes na corrente da pós-modernização capitalista, seu potencial de subversão e de constituição autônoma torna-se ainda maior. Nesse contexto podemos reconhecer o potencial biopolítico do trabalho, utilizando biopoder em um sentido que adota ao mesmo tempo que inverte o uso que Foucault faz deste termo.

Eu quero então proceder em três etapas: em primeiro lugar, situar o trabalho imaterial na fase atual da pós-modernização capitalista; em segundo, situar o trabalho afetivo em relação às outras formas de trabalho imaterial; e, por fim, explorar o potencial do trabalho afetivo no tocante ao biopoder.

PÓS-MODERNIZAÇÃO

Na sucessão dos paradigmas econômicos nos países capitalistas dominantes,² desde a Idade Média, é comum, hoje, considerar três momentos distintos, cada um deles definido por um setor privilegiado da economia: um primeiro paradigma, no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominavam a economia; no segundo, no qual a posição preponderante pertencia à indústria e à fabricação de bens duráveis e o paradigma atual, no qual a prestação de serviços e o processamento da informação são a essência da produção econômica. A posição dominante passou, portanto, da produção primária, para a secundária e desta para a terciária. Chamou-se *modernização econômica* à passagem

² Optamos por manter a denominação escolhida pelo autor para designar a posição que os países ocupam na economia globalizada, traduzindo os termos utilizados, *dominant capitalist countries* e *subordinated countries*, por “países capitalistas dominantes” e “países dependentes”.

do primeiro paradigma para o segundo, isto é, do domínio da agricultura para o da indústria. Modernização significava industrialização. Poderíamos chamar a passagem do segundo para o terceiro paradigma, isto é, a passagem do domínio da indústria para o dos serviços e da informação, de *pós-modernização*, ou melhor, de *informatização* econômica.

Os processos de modernização e industrialização transformaram e redefiniram todos os elementos do plano social. Quando a agricultura, como a indústria, se modernizou, a fazenda transformou-se progressivamente em fábrica, com todos os seus elementos de disciplina, tecnologia e relações salariais, entre outros. De modo mais geral, a própria sociedade foi se industrializando, a ponto de transformar as relações humanas e a natureza humana. A sociedade tornou-se uma fábrica. No início do século XX, Robert Musil, refletindo sobre as transformações da humanidade na passagem do mundo agrícola para a fábrica social, observou com acuidade que: “Houve um tempo em que os homens cresciam naturalmente nas condições do momento e isso era uma maneira muito saudável de se tornar um indivíduo. Mas, nos dias de hoje, com toda essa turbulência, quando tudo é separado do solo em que cresceu, até mesmo no campo da produção do espírito, deveríamos realmente substituir, por assim dizer, os artesanatos tradicionais pelo tipo de inteligência que vem associada às máquinas e às fábricas”.³ A humanidade e seu espírito são produzidos nos próprios processos de produção econômica. Os processos para tornar-se humano e a própria natureza do humano foram fundamentalmente transformados na mudança qualitativa trazida pela modernização.

Hoje, no entanto, a modernização chegou ao fim, ou, para usarmos as palavras de Robert Kurz, a modernização fracassou. Em outras palavras, a produção industrial não está mais aumentando sua predominância sobre outras formas econômicas e outros fenômenos sociais. Um dos sintomas dessa alteração manifesta-se em mudanças quantitativas

no emprego. Enquanto a migração do trabalho da agricultura e da mineração (setor primário) para a indústria (setor secundário) indicava processos de modernização, os processos de pós-modernização ou informatização são identificados na migração de empregos da indústria para o setor de serviços (setor terciário), mudança que

³ Robert Musil, *The Man without Qualities*, v. 2. Nova York: Vintage, 1996, p. 367. (Publicado em português como *Homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. Trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth).

vem ocorrendo nos países capitalistas dominantes, e em particular nos E.U.A., desde o início dos anos 70.⁴ O termo *serviços* aqui cobre um grande leque de atividades, desde assistência médica, educação e serviços financeiros até transportes, entretenimento e publicidade. A maioria dos empregos mostra alta mobilidade e envolvem habilidades flexíveis. Mais importante ainda: tais empregos caracterizam-se, em geral, pelo papel central desempenhado por conhecimento, informação, comunicação e afeto. Nesse sentido, podemos dizer que a economia pós-industrial é uma economia informacional.⁵

A afirmação de que o processo de modernização está acabado e de que a economia globalizada está hoje vivendo um processo de pós-modernização em direção a uma economia informacional não significa que a produção industrial será abolida nem que ela deixará de desempenhar um papel relevante, mesmo nas regiões mais desenvolvidas do globo. Assim como a revolução industrial transformou a agricultura e tornou-a mais produtiva, a revolução informacional irá transformar a indústria redefinindo e rejuvenescendo os processos de produção – através da integração, por exemplo, de redes de informação a processos industriais. O novo imperativo operacional de administração é “tratar a produção como um serviço”.⁶ Com efeito, à medida que as indústrias se transformam, a distinção entre produção e serviços vai tornando-se menos nítida. Da mesma forma como, através do processo de modernização, toda produção se tornou industrializada, é também através do processo de pós-modernização que toda produção tende a ser produção de serviços e tende a se tornar informacionalizada.

O fato de que a informatização e o movimento favorecendo os setores de serviços são mais visíveis nos países capitalistas dominantes, não nos deveria fazer retroceder a uma compreensão da situação econômica global contemporânea no tocante a estágios de desenvolvimento – como se hoje os países dominantes fossem economias informacionais de serviços, seus depen-

⁴ Sobre as mudanças na oferta de empregos nos países dominantes, ver Manuel Castells & Yuko Aoyama. “Paths towards the informational society: employment structure in G-7 countries, 1920-90”. *International Labour Review* 133(1):5-33, 1994.

⁵ N.T. O termo *informational economy* refere-se tanto à informatização da economia, quanto ao papel central desempenhado pela informação nesta mesma economia.

⁶ François Bar. “Information infrastructure and the transformation of manufacturing”, In: *The New Information Infrastructure: Strategies for U.S. Policy*, ed. William Drake, Nova York: Twentieth Century Fund Press, 1995, p. 88.

dentes diretos os países de economia industrial, e os outros, os países de economia agrícola.

Para os países dependentes o colapso da modernização significa, antes de mais nada, que a industrialização não pode mais ser vista como a chave para o desenvolvimento econômico e a competitividade. Algumas das regiões mais subordinadas do mundo, tais como as regiões da África Subsaariana, foram efetivamente excluídas não só dos fluxos de capital e do acesso às novas tecnologias mas até mesmo da ilusão das estratégias de desenvolvimento, e se encontram portanto à beira da fome (mas devemos reconhecer que a pós-modernização, embora responsável por essa exclusão, continua dominando essas regiões).

Na maioria dos casos, a competição pelas posições intermediárias na hierarquia global não se realiza através da industrialização da produção mas de sua informatização. Países territorialmente extensos, com economias variadas, tais como a Índia, o Brasil ou a Rússia, podem dar apoio, simultaneamente, a toda a variedade de processos produtivos: à produção de serviços baseada na informação, à moderna produção industrial de bens, bem como às tradicionais produções artesanal, agrícola e mineira. Não precisa ter uma progressão histórica entre essas formas, que, aliás, freqüentemente coexistem e se misturam; não é necessário passar pela modernização antes da informatização – a produção artesanal tradicional pode ser imediatamente computadorizada; telefones celulares podem ser imediatamente operacionados em remotas vilas de pescadores. Todas as formas de produção existem dentro das redes presentes no mercado mundial e sob a dominação da produção informacional de serviços.

O TRABALHO IMATERIAL

A passagem para uma economia informacional envolve necessariamente uma transformação tanto na qualidade quanto na natureza dos processos de trabalho. Esta é a implicação sociológica e antropológica mais imediata da mudança de paradigmas econômicos. Informação, comunicação, conhecimento e afeto passam a desempenhar um papel estrutural nos processos produtivos.

Muitos vêem como primeiro aspecto dessa transformação a mudança no processo de produção industrial – tomando-se a indústria auto-

mobilística como elemento central de referência – do modelo fordista para o modelo toyotista.⁷ A mudança estrutural fundamental entre esses modelos envolve o sistema de comunicação entre a produção e o consumo de mercadorias, isto é, envolve a transmissão da informação entre fábrica e mercado. O modelo fordista construía uma relação relativamente “muda” entre a produção e o consumo. Na era fordista a produção em massa de bens de consumo padronizados podia contar com uma demanda adequada e, assim, tinha pouca necessidade de “ouvir” atentamente o mercado. Graças a um circuito de *feedback* consumo-produção, mudanças no mercado podiam acelerar mudanças na produção, mas essa comunicação era restrita (devido a canais de planejamento fixos e estanques) e lenta (devido à rigidez das tecnologias e dos procedimentos da produção de massa).

O toyotismo é baseado numa inversão da estrutura fordista de comunicação entre produção e consumo. Idealmente, de acordo com esse modelo, o planejamento da produção estaria em comunicação constante e imediata com o mercado. As fábricas manteriam um estoque zero e as mercadorias seriam produzidas apenas no último instante, de acordo com a demanda existente no mercado. Portanto, este modelo não envolve apenas um *feedback* mais rápido mas uma inversão na relação, uma vez que, ao menos em teoria, as decisões da produção ocorrem posteriormente às decisões do mercado, e em reação a elas. Este contexto industrial nos oferece uma primeira percepção de forma como a comunicação e a informação passaram a desempenhar um papel novo e fundamental no processo de produção. Poderíamos dizer que a ação instrumental e a ação comunicativa se entrelaçaram profundamente nos processos industriais informatizados. (Seria interessante e útil observar aqui como estes processos destroem a teoria da divisão entre ação instrumental e ação comunicativa proposta por Habermas, e, da mesma forma, desintegram as distinções que Hannah Arendt estabelece entre trabalho, ação e obra.⁸) Contudo, precisa ressaltar, desde logo, que a noção de comunicação como mera transmissão de dados de mercado é uma noção empobrecida.

⁷ Sobre a comparação entre os modelos fordista e toyotista, ver Benjamin Coriat. *Penser à l'envers: travail et organisation dans l'entreprise japonaise*. Paris: Christian Bourgeois, 1994. (Publicado em português como *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.)

⁸ Penso principalmente em Jürgen Habermas. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984; e Hannah Arendt. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958. (Publicado em português em

Os setores de serviço na economia apresentam um modelo mais rico de comunicação produtiva. A maioria dos serviços está, de fato, baseada no intercâmbio contínuo de informações e conhecimentos. Uma vez que a produção de serviços não resulta em um bem material ou durável, poderíamos definir o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – isto é, trabalho que produz um bem imaterial, como serviços, conhecimento, ou comunicação.⁹ Um dos aspectos do trabalho imaterial pode ser identificado por meio de uma analogia com o funcionamento de um computador. O uso cada vez mais amplo de computadores tem levado progressivamente à redefinição de práticas e relações de trabalho (juntamente, na verdade, com a redefinição de todas as práticas e relações sociais). Nos países dominantes, a familiaridade e a intimidade com a tecnologia dos computadores vêm se tornando, de forma cada vez mais generalizada, uma qualificação básica para o trabalho. Mesmo quando não se trata de contato direto com computadores, é

mo *Condição humana*. São Paulo: Edusp, 1981). Para uma crítica excelente da divisão habermasiana entre ação comunicativa e ação instrumental no contexto da pós-modernização econômica, ver Christian Marazzi. *Il posto dei calzini: la svolta linguistica dell'economia e i suoi effetti nella politica*. Bellinzona, Suíça: Casagrande, 1995, p. 29-34.

⁹ Para uma definição e análise do trabalho imaterial, ver Maurizio Lazzarato. "Immaterial Labor". In: *Radical Thought in Italy*, ed. Paolo Virno & Michel Hardt. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, p. 133-147.

¹⁰ Peter Drucker entende a passagem para a produção imaterial como a destruição completa das categorias tradicionais da economia política. "The basic economic resource

extremamente comum exigir-se a capacidade de lidar com símbolos e informação seguindo o modelo operacional de um computador. Um aspecto original do computador é que ele pode modificar continuamente sua própria operação através de seu uso. Mesmo as formas mais rudimentares de inteligência artificial permitem ao computador expandir e aperfeiçoar suas operações baseado na interação com seu usuário e seu ambiente. O mesmo tipo de interatividade contínua caracteriza uma ampla gama de atividades produtivas contemporâneas em todos os setores da economia, quer o computador esteja diretamente envolvido ou não. Há algum tempo, os operários aprendiam a agir como máquinas tanto dentro quanto fora da fábrica. Hoje, à medida que o conhecimento social se torna cada vez mais uma força de produção direta, pensamos cada vez mais como computadores e o modelo interativo das tecnologias de comunicação torna-se cada vez mais essencial para nosso trabalho.¹⁰ As máquinas interativas e cibernéticas

tornaram-se uma nova prótese integrada aos nossos corpos e mentes e, também, uma lente através da qual redefinimos nossos próprios corpos e mentes.¹¹

Robert Reich chama esse tipo de trabalho imaterial de "serviços simbólico-analíticos" – tarefas que envolvem "atividades de identificação de problema, de solução de problema e de intermediação estratégica."¹² Hoje, esse tipo de trabalho é o mais valorizado e por isso Reich o identifica como a chave para a competição na nova economia global. Ele reconhece, entretanto, que o aumento de postos para esse tipo de emprego, que exige tanto um conhecimento especializado como a capacidade de processamento criativo de símbolos, implica um crescimento correspondente de empregos de baixa qualificação e pouco valorizados, que exigem uma manipulação rotineira de símbolos, como, por exemplo, a digitação de textos e o processamento de dados. É nesse ponto que começa a emergir uma divisão fundamental do trabalho no universo dos processos imateriais.

O modelo do computador, no entanto, pode explicar apenas um aspecto do trabalho imaterial e comunicacional envolvido na produção de serviços. O outro

– «the means of production», to use the economist's term – is no longer capital, nor natural resources (the economist's «land»), nor «labor». *It is and will be knowledge.* (O recurso econômico básico – os meios de produção, para usar a expressão do economista – não é mais o capital, nem os recursos naturais (a «terra» dos economistas), nem o trabalho. *É e será o conhecimento*). Peter Drucker. *Post-capitalist Society*. Nova York: Harper, 1993, 8. (Publicado em português como *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, Coleção Novos Umbrais, 1993. Trad. Nivaldo Montingelli Jr.). O que Drucker não compreende é que o conhecimento não é dado mas produzido e que sua produção envolve novos tipos de meios de produção e trabalho.

¹¹ Marx usa a expressão *general intellect* para referir-se a esse paradigma da atividade social produtora. "The development of fixed capital indicates to what degree social knowledge has become direct force of production, and to what degree, hence, the conditions of the process of social life itself have come under the control of the general intellect and been transformed in accordance with it. To what degree the powers of social production have been produced, not only in the form of knowledge, but also as immediate organs of social practice, of the real life process." ("O desenvolvimento de capital fixo indica até que ponto o conhecimento social se tornou força direta da produção, e, conseqüentemente, até que ponto as condições do próprio processo da vida social ficaram sob controle da inteligência coletiva, sendo transformadas de acordo com ela. Até que ponto os poderes da produção social foram produzidos, não somente sob a forma de conhecimento, mas também como órgãos imediatos da prática social, do processo da vida real.") Karl Marx. *Grundrisse*. Nova York: Vintage, 1973, p. 706; trad. Martin Nicolaus. (Publicado em português como *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946; trad. Florestan Fernandes).

¹² Robert Reich. *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st Century Capitalism*. Nova York: Knopf, 1991, p. 177. (Publicado em português como *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século XXI*. São Paulo: Educator, 1993.)

aspecto do trabalho imaterial é o *trabalho afetivo* de interações e contatos humanos. Este é o lado do trabalho imaterial que tem menos possibilidade de ser discutido por economistas como Reich, mas ele me parece ser o aspecto mais importante, o elemento que liga todos os demais. Os serviços de saúde, por exemplo, baseiam-se fundamentalmente em trabalho afetivo e prestação de cuidados, e a indústria do entretenimento e as várias indústrias culturais igualmente enfatizam a criação e manipulação dos afetos. Em maior ou menor grau, esse trabalho afetivo desempenha algum tipo de papel em cada um dos segmentos da indústria de serviços, das lojas de *fast food* às instituições financeiras, inserido nos momentos de interação e de comunicação humana. Este trabalho é imaterial, mesmo sendo corporal e afetivo, no sentido de que seus produtos são intangíveis: um sentimento de tranqüilidade, de bem-estar, de satisfação, de entusiasmo, de paixão – até mesmo uma sensação de união ou de integração a uma comunidade. Categorias de serviços que exigem a presença ou a proximidade física de uma outra pessoa são frequentemente utilizadas para identificar esse tipo de trabalho, embora o que é essencial nele, seu aspecto de presença física, é, de fato, a criação e manipulação dos afetos. Esta produção, troca e comunicação afetiva é geralmente associada ao contato humano, à presença efetiva de um outro, mas esse contato pode ser tanto real quanto virtual. Na produção dos afetos na indústria do entretenimento, por exemplo, o contato humano, a presença de outros, é sobretudo virtual mas, nem por isso, menos real.

Este segundo aspecto do trabalho imaterial, seu aspecto afetivo, se estende além do modelo de informação e comunicação definido pelo computador. Poderemos entender melhor o trabalho afetivo se começarmos por aquilo que as análises feministas do “trabalho da mulher” têm chamado de “trabalho na modalidade corporal”.¹³ As prestações de cuidados estão, com certeza, completamente imersas no corporal e no somático, mas os afetos que elas produzem são, não obstante, imateriais. O que o trabalho afetivo produz são redes sociais, formas de comunidade, biopoder.

Poderíamos observar aqui, mais uma vez, que a ação instrumental da produção econômica se fundiu à ação comunicativa das relações humanas. Neste caso, entretanto, não foi a comunica-

¹³ Ver Dorothy Smith. *The Everyday World as Problematic: a Feminist Sociology*. Boston: Northeastern University Press, 1987, p. 78 88.

ção que se tornou empobrecida mas sim a produção que foi enriquecida até o nível de complexidade da interação humana. Embora, num primeiro momento, por exemplo na informatização da indústria, seja possível dizer que a ação comunicativa, as relações humanas e a cultura foram instrumentalizadas, reificadas e “rebaixadas” ao nível das interações econômicas, deveríamos logo acrescentar que, em um processo recíproco, a produção tornou-se, em um segundo momento, comunicativa, afetiva, desinstrumentalizada, e elevada ao nível das relações humanas – mas, evidentemente, a um nível de relações humanas inteiramente dominadas pelo capital e integradas a ele. (E aqui a distinção entre cultura e economia começa a se esfalçar.) Na produção e reprodução de afetos, naquelas redes de comunicação e cultura, subjetividades coletivas são produzidas e sociabilidade é produzida – mesmo que essas subjetividades e essa sociabilidade sejam diretamente exploráveis pelo capital. É aqui que percebemos o enorme potencial do trabalho afetivo.

Não pretendo discutir aqui se o que é novo é o trabalho afetivo em si ou o fato de que o trabalho afetivo produz valor. As análises feministas, em particular, já reconheceram, há muito tempo, o valor social das prestações de cuidados, do trabalho familiar e das atividades maternas. O que é novo, por outro lado, é o quanto esse trabalho imaterial afetivo é agora diretamente produtor de capital e a forma como ele se generalizou em amplos setores da economia. De fato, como componente do trabalho imaterial, o trabalho afetivo conquistou uma posição dominante do mais alto valor dentro da economia informacional contemporânea. No que diz respeito à produção do espírito, como diria Musil, não deveríamos olhar mais para o solo e o desenvolvimento orgânico, nem para a fábrica e o desenvolvimento mecânico, mas para as formas econômicas dominantes de hoje, ou seja, para a produção definida por uma combinação de afetos e cibernética.

Este trabalho imaterial não está restrito a alguns grupos de trabalhadores como, por exemplo, programadores de computadores ou enfermeiras, que formariam potencialmente uma nova aristocracia de trabalhadores. Ao contrário, o trabalho imaterial em suas várias formas (informacional, afetivo, comunicativo e cultural) tende a se espalhar por todas as forças produtivas e por todas as tarefas, como um componente, maior ou menor, de todos os processos de trabalho. Isto posto, com

certeza há várias divisões dentro do universo do trabalho imaterial – divisões internacionais, divisões de gênero, divisões raciais, e assim por diante. Como diz Robert Reich, o governo dos Estados Unidos vai fazer todo o possível para manter nos Estados Unidos o trabalho imaterial mais valioso e exportar os de menor valor para outras regiões. É muito importante esclarecer estas divisões do trabalho imaterial que, devo frisar, não são as divisões de trabalho às quais estamos acostumados, particularmente no que diz respeito ao trabalho afetivo.

Resumindo, podemos distinguir três tipos de trabalho imaterial que levam o setor de serviços ao topo da economia informacional. O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informatizada e incorporou tecnologias de comunicação de uma maneira que transforma o próprio processo de produção industrial. A produção industrial é considerada como um serviço e o trabalho material da produção de bens duráveis se aproxima do trabalho imaterial e se confunde com ele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que, por sua vez, se divide em manipulação criativa e inteligente, por um lado e, por outro, em tarefas simbólicas de rotina. Finalmente, um terceiro tipo de trabalho imaterial envolve a produção e manipulação de afetos e requer o contato e a proximidade humana (virtuais ou efetivos). Esses são os três tipos de trabalho que conduzem a pós-modernização ou informatização da economia global.

BIOPÓDER

Denomino de biopoder o potencial do trabalho afetivo. Biopoder é o poder de criação da vida; é a produção das subjetividades coletivas, da sociabilidade e da própria sociedade. A observação atenta dos afetos e das redes de produção de afetos revela esses processos de constituição social. O que se cria nas redes de trabalho afetivo é uma forma-de-vida.

¹⁴ Ver especialmente Michel Foucault. *The History of Sexuality*, vol 1. Nova York: Vintage, 1978, p. 135-45; trad. Robert Hurley. (Publicado em português – *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997;

Quando Foucault discute o biopoder ele o olha de cima. É o *patria potestas*, o direito de vida e morte do pai sobre filhos e servos. Mais importante, biopoder é o poder que permite às forças emergentes da governabilidade criar, administrar e controlar populações – o poder de administrar a vida.¹⁴ Outros estudos mais recentes

ampliaram essa perspectiva de Foucault, considerando o biopoder como a lei do soberano sobre a “vida nua”, ou seja, a vida separada de suas várias formas sociais.¹⁵ Em cada caso, o que está em jogo no poder é a própria vida. Essa passagem política para a fase contemporânea do biopoder corresponde à passagem econômica da pós-modernização capitalista na qual o trabalho imaterial foi levado a uma posição dominante. Aqui também, na criação de valor e na produção de capital, o que é essencial é a produção da vida, ou seja, a criação, a administração e o controle das populações. Essa visão foucaultiana do biopoder, no entanto, focaliza a questão apenas de cima, como prerrogativa de um poder soberano. Por outro lado, quando olhamos para a situação do ponto de vista do trabalho envolvido na produção biopolítica, podemos começar a observar o biopoder a partir de baixo.

O primeiro fato que vemos quando adotamos essa perspectiva é que o trabalho da produção biopolítica é fortemente configurado como *trabalho de gênero*. De fato, diferentes linhas de teorias feministas já nos forneceram análises amplas da produção de biopoder sob este ponto de vista. Uma corrente do eco-feminismo, por exemplo, emprega o termo *biopolítica* (de uma forma que poderia parecer, à primeira vista, bastante diferente da utilizada por Foucault) para se referir às políticas das várias formas de biotecnologia que são impostas por corporações transnacionais a populações e ao meio ambiente, especialmente em regiões subordinadas do mundo.¹⁶ A Revolução Verde e outros programas tecnológicos, que foram colocados como meios do desenvolvimento econômico capitalista, trouxeram com eles, na verdade, tanto a devastação para o meio ambiente como novos mecanismos de subordinação da mulher. Esses dois efeitos, no entanto, na verdade não passam de um só. Fundamentalmente o papel tradicional da mulher, lembram-nos esses autores, é de realizar as tarefas de reprodução, que foram severamente afetadas pelas intervenções ecológicas e biológicas. Deste ponto de vista, então, mulher e natureza são dominadas conjuntamente, mas também trabalham juntas numa relação cooperativa, contra o ataque das tecno-

trad. De Albuquerque, M.T.C. & Guillon de Albuquerque, J.A.)

¹⁵ Ver de Giorgio Agamben, *Homo sacer*. Turim: Einaudi, 1995; e “Form-of-life”. In: *Radical Thought in Italy*, ed. Paolo Virno & Michael Hardt. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, p. 151-6.

¹⁶ Ver Vandana Shiva & Ingunn Moser, ed. *Biopolitics: a Feminist and Ecological Reader*. Londres: Zed Books, 1995; e Vandana Shiva. *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*. Londres: Zed Books, 1988.

logias biopolíticas, para produzir e reproduzir vida. [Sobrevivência¹⁷]: a política tornou-se uma questão que envolve a própria vida e a luta assumiu a forma de um biopoder vindo de baixo contra um biopoder vindo de cima.

Num contexto bastante diferente, vários autores feministas nos Estados Unidos vêm analisando o papel essencial do trabalho feminino na produção e reprodução da vida. Em particular, a prestação de cuidados envolvida nas atividades maternas (distinguindo-se estas atividades dos aspectos biologicamente específicos do trabalho de parir) tem provado ser um terreno extremamente rico para a análise da produção biopolítica.¹⁸ A produção biopolítica aqui consiste basicamente no trabalho envolvido na criação da vida – não nas atividades de procriação, mas na criação da vida precisamente na produção e reprodução de afetos. Aqui podemos perceber claramente que se está desfazendo a distinção entre produção e reprodução, assim como a distinção entre economia e cultura. O trabalho atua diretamente nos afetos; ele produz subjetividade; ele produz sociedade; ele produz vida. O trabalho afetivo, nesse sentido, é ontológico – ele revela o trabalho vivo que constitui uma forma de vida e, assim, demonstra novamente o potencial da produção biopolítica.¹⁹

Devemos logo acrescentar, no entanto, que não podemos simples-

¹⁷ N.T. *Staying Alive*. O autor brinca, aqui, com o título do livro de Vandana Shiva, citado acima, indicando que, para sobrevivermos no mundo atual, temos de estar atentos ao fato de a política ter-se tornado um questão de vida.

¹⁸ Ver Sara Ruddick. *Maternal Thinking: towards a Politics of Peace*. Nova York: Ballantine Books, 1989.

¹⁹ Sobre as capacidades ontologicamente constitutivas do trabalho, especialmente no contexto das teorias feministas, ver Kathi Weeks. *Constituting Feminist Subjects*. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 120-51.

mente dar nosso total suporte a uma dessas perspectivas, sem reconhecer os enormes perigos que elas apresentam. No primeiro caso, a identificação entre mulher e natureza cria o risco de se naturalizar e absolutizar a diferença sexual, além de propor uma definição espontânea da própria natureza. No segundo caso, a celebração do trabalho materno poderia facilmente servir para reforçar tanto as divisões de gênero do trabalho quanto as estruturas familiares de sujeição e subjetivação edipianas. Mesmo nessas análises feministas do trabalho materno fica claro o quanto pode ser difícil, às vezes, deslocar-se o potencial do trabalho afetivo, seja das construções patriarcais da reprodução, seja do “buraco negro” subjetivo da família. Esses perigos, no entanto,

por mais relevantes que sejam, não invalidam a importância de se reconhecer o potencial do trabalho como biopoder, um biopoder que vem de baixo.

Esse contexto biopolítico é precisamente a base para uma investigação da relação produtiva entre afeto e valor. O que encontramos aqui não é tanto a resistência ao que poderíamos chamar de “trabalho afetivamente necessário”,^{21,22} mas sim o potencial do trabalho afetivo necessário. Por um lado o trabalho afetivo, a produção e a reprodução da vida, plantou-se firmemente como um alicerce necessário para a acumulação capitalista e a ordem patriarcal. Por outro lado, no entanto, a produção de afetos, de subjetividades, e de formas de vida, apresentam enorme potencial para circuitos autônomos de valorização e, talvez, de liberação.

Tradução

ELIZABETH ARAÚJO LIMA e PAULO AUGUSTO CERTAIN

Revisão

J. G. GHIRARDI e NADINE FRAJMAN

²¹ Ver Gayatri Chakravorty Spivak. “Scattered Speculations on the Question of Value”. In: *Other Worlds*. Nova York: Routledge, 1988; p. 154-75.

²² N.T. O autor faz aqui uma alusão à idéia marxista de “trabalho socialmente necessário”.